

## **A EDUCAÇÃO DOS JOVENS NO PROGRAMA “PROJOVEM”: NOTAS SOBRE AS REPERCUSSÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE**

### **YOUTH EDUCATION IN THE “PROJOVEM” PROGRAM: NOTES ON THE REPERCUSSIONS OF A PUBLIC POLICY FOR YOUTH**

Selva Guimarães\*  
Iara Vieira Guimarães\*\*

**RESUMO:** O artigo analisa dimensões de um projeto desenvolvido no Brasil nos anos 2000 para atender aos jovens pobres e em situação de exclusão escolar, aqueles que por um elenco de fatores não conseguiram terminar o ensino fundamental, ou seja, os nove anos de escolaridade que abrangem esse nível de ensino. Abordamos aqui alguns aspectos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. A análise focaliza as seguintes questões: Em que consistiu esse programa? Qual a repercussão do Projovem na produção acadêmica brasileira? Quais os limites e os avanços desse Programa para a superação dos problemas enfrentados pelos jovens com baixa escolaridade? Assim, o texto tem o objetivo de refletir sobre a função de uma política pública com importância histórica, voltada para atender a uma parcela significativa da população brasileira, e, nesse contexto, como a pesquisa acadêmica contribui para a compreensão dos desafios da juventude, que ainda vive em condição abstrata de cidadania, para efetivamente se constituir, como preconiza a legislação, protagonista e formada por sujeitos de direitos.

**Palavras-chave:** Projovem; Juventude; Produção acadêmica.

**ABSTRACT:** The article analyzes the dimensions of a project developed in Brazil in 2000 to serve poor young people who are excluded from school, those who, due to a list of factors, could not finish elementary school, that is, the nine years of schooling that cover this level. education. Here we address some aspects of the National Youth Inclusion Program - ProJovem. The analysis focused on the following questions: What did this program consist of? What is the impact of Projovem on Brazilian academic production? What are the limits and advances of this program to overcome the problems faced by young people with low education? Our goal is to reflect on the role of a public policy with historical importance aimed at serving a significant portion of the Brazilian population, and in this context, how academic research can contribute to the understanding of youth challenges, which still live an abstract condition. Citizenship, to be effectively constituted, as advocated by legislation, protagonists, subject of rights.

**Keywords:** Projovem; Youth; Academic production.

---

\* Realizou pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e possui doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: iaravg@ufu.br

\*\* Realizou pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade de Uberaba (Uniube). Contato: selva.guimaraes@uniube.br

*Que vai ser quando crescer?  
Vivem perguntando em redor.  
Que é ser?  
É ter um corpo, um jeito, um nome?  
Tenho os três. E sou?*

Carlos Drummond de Andrade

## INTRODUÇÃO

A juventude é recorrentemente definida por uma faixa etária. De acordo com o artigo 1º do Estatuto da Juventude<sup>1</sup> são considerados jovens no Brasil as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Em 2018, havia no país 47,3 milhões de pessoas nessa faixa de idade, segundo o IBGE. Por sua vez, para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>2</sup> os adolescentes são pessoas com idades compreendidas entre 12 e 18 anos. Contudo, reconhecemos que não é apenas a faixa de idade que define o ser jovem. É complexo tentar apreender a juventude e explicá-la como uma categoria universal, pois muitos jovens podem ter características pouco comuns, o que torna a tarefa de generalizar perfis, modos de ser e de viver difícil e, muitas vezes, pouco significativa. O singular e o universal se aproximam e se distanciam, num movimento contraditório.

Essa etapa da vida caracteriza-se por profundas transformações em relação ao corpo, às ideias e à maneira de se relacionar com o mundo, a situação socioeconômica etc. É uma fase de mudanças, inquietações e formulação de projetos. A juventude compartilha traços em comum, singularidades, mas vivencia uma experiência geracional comum que se expressa nas linguagens, valores e modos de vida característicos. O viver e o ser jovem dependem do contexto histórico, regional, econômico, cultural. Contexto que se impõe com força no mundo globalizado.

Segundo Novaes (2007, p. 8) a categoria juventude possui uma historicidade, por isso modificam as idades cronológicas e as expectativas que

---

<sup>1</sup> Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em 10/11/2019.

<sup>2</sup> Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em 10/11/2019.

as sociedades constroem sobre os jovens. Para essa autora, “na sociedade moderna embora haja variações nos limites de idade, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro”. É uma fase ambivalente em que as pessoas têm expectativas de emancipação. Assim, apesar de abordamos nesse texto a juventude como uma categoria social, é preciso reconhecer os diversos fatores que desmontam a ideia de homogeneidade desse grupo social, como, por exemplo, a classe social, a condição étnica, de gênero, a presença ou não no mercado de trabalho e na escola, o local de moradia, a religiosidade, a forma de viver a sexualidade, entre outros.

Os dados sobre a juventude do Brasil são surpreendentes. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup>, em 2018, 23 % dos jovens de 15 a 29 anos - 10,9 milhões - não estudavam, nem trabalhavam. Entre os jovens de 18 e 24 anos, a incidência chegava a 27,9% e nos jovens adultos, de 25 a 29 anos, a taxa é de 25,9%. O IBGE defendeu que esse fenômeno era influenciado por fatores estruturais que afetavam a população mais pobre, e levou à interrupção dos estudos. Os dados mostraram que, dos jovens de 18 a 24 anos nessa condição, 46,6% não concluíram o ensino fundamental e 27,7% terminaram apenas essa etapa. Na faixa entre 25 e 29 anos, a proporção é de 44,1% e 31,2%, respectivamente. Dos jovens que concluíram o ensino médio, havia mais jovens sem estudar e trabalhar entre aqueles que fizeram ensino regular do que entre os que concluíram o ensino técnico. Ressalta-se o fato de existir um número significativo de jovens em situação de desalento: 2,4 milhões de jovens encontravam-se na situação de não estudar, não estar ocupado e não procurar trabalho. Entre esses, 57,4% estavam em desalento, provocado principalmente por falta de trabalho na localidade (39,6%), não conseguir emprego considerado adequado (10,7%) ou não ter experiência ou qualificação profissional (6,1%).

Os diagnósticos do IBGE evidenciam algumas nuances da condição juvenil em relação à difícil permanência na escola e o acesso ao trabalho. Dentre

---

<sup>3</sup> Pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS), divulgada em 2019, IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-sete-anos>  
Acesso em 13 nov. 2019.

os problemas enfrentados pelos jovens brasileiros no século XXI podemos destacar: o insuficiente acesso à escolarização básica e ao ensino superior, desemprego, baixa qualidade da ocupação/ empregos, insuficiência de rendimentos/situação de pobreza, convívio com a violência e o premente risco de morte por fatores relacionados a violência. Trata-se de um retrato sombrio para uma sociedade que compreende a juventude como um tempo de construção de identidades e projetos de futuro.

Neste texto, discutimos algumas dimensões de um Projeto implementado no Brasil, durante o Governo Lula da Silva (2003-2011), para atender aos jovens pobres e em situação de exclusão escolar, aqueles que não concluíram o ensino fundamental. Abordamos alguns aspectos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. A análise buscará responder as seguintes questões: em que consistiu esse programa? Qual a repercussão do ProJovem na produção educacional? Quais os limites e os avanços desse Programa para a superação dos problemas enfrentados pelos jovens com baixa escolaridade?

Nosso objetivo é refletir sobre a função de uma política pública com importância histórica, voltada ao atendimento de uma parcela significativa da população brasileira, e nesse contexto, o papel das pesquisas para contribuir para a compreensão dos desafios da juventude excluída dos direitos básicos de cidadania.

## **PROJOVEM: HISTÓRIAS DE UM PROJETO DE/PARA A JUVENTUDE POBRE**

Muitos são os problemas que enfrentam os jovens pobres em relação à educação escolar. Dentre as razões, de acordo com Dayrell e Jesus (2016, p. 420), “a péssima infraestrutura dos prédios escolares, os currículos que pouco ou nada dialogam com as experiências de vida e com os projetos de futuro dos jovens, os professores despreparados e/ou desmotivados para lidar com esses jovens estudantes e a violência”. Assim, políticas sociais do Estado são fundamentais para intervir nos fatores que excluem os jovens do processo de escolarização.

O período de 2005 a 2015 foi marcado por um ciclo de políticas relevante para a juventude brasileira. Esse período inicia-se com a Lei nº 11.129, de 30 de

junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem. Em 2013 ocorreu a promulgação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), que legisla sobre os direitos dos jovens, as diretrizes das políticas públicas de juventude, bem como sobre o Sistema Nacional de Juventude para as pessoas entre 15 e 29 anos. Tivemos nesse período significativas conquistas no campo das políticas para a juventude e, por conseguinte, o reconhecimento do protagonismo do movimento de jovens, sujeitos de direitos. A juventude brasileira passou a fazer parte dos Conselhos e da formulação da agenda das políticas públicas, numa situação em que o Estado se põe em ação visando o fomento e a execução de programas para um setor específico da sociedade. Como sabemos esse ciclo teve o seu final em 2015 como as mudanças significativas no campo político brasileiro e nas ações governamentais desde então.<sup>4</sup>

O Projovem foi construído e implementado no bojo de um ciclo de políticas para a juventude. Esse Programa foi concebido a partir de estudos realizados pelo Grupo Interministerial da Juventude, que teve como meta a elaboração de um diagnóstico sobre a juventude brasileira. O Projovem apresentou-se como estratégico para a Política Nacional de Juventude, sendo implementado pela Secretaria Nacional da Juventude, sob o comando da Secretaria da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desde o início os formuladores do Programa procuraram demarcar que se não tratava de uma política estritamente educacional, mas uma política para a juventude.

Inicialmente esse Programa foi voltado para o grupo etário dos jovens de 18 a 24 anos, que não havia concluído o ensino fundamental e não possuía vínculo formal de trabalho. De acordo com os estudos realizados, na época, pelo

---

<sup>4</sup> Referimo-nos ao processo de impeachment de Dilma Rousseff que teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso encerrou-se em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato. Como resultado, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu a Presidência da República em definitivo até o fim do mandato, em 2018. Fonte: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/>>

Grupo Interministerial, esse segmento juvenil era o mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes. O Programa apresentou um caráter denominado de emergencial e experimental. Emergencial porque focalizava um grupo social com necessidade premente de continuidade de estudos para alcançar, ainda jovem, ao ensino médio. Foi experimental, pois construiu uma proposta curricular própria, baseada em premissas integradoras que articulava o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária. Os indicadores dos jovens participantes do Programa foram assim delimitados:

As trajetórias escolares são acidentadas e marcadas por baixa escolarização dos pais, por reprovações e, principalmente por consecutivas entradas e saídas nas redes de ensino e abandono precoce. A situação de vulnerabilidade desses jovens torna-se evidente frente aos principais fatores que os levaram a abandonar a escola: necessidade de trabalhar, gravidez e fragilidade dos laços familiares. A maternidade na adolescência parece ainda influenciar nas tentativas posteriores de escolarização das jovens, dado que os compromissos familiares e o fato de não terem com quem deixar os filhos parece ser um problema recorrente. Já o contexto socioprofissional dos alunos do Projovem é marcado pela entrada precoce e inserção precária no mercado de trabalho, bem como por prolongados períodos de desemprego. (BRASIL, 2010, p.50)

Assim, o Projovem foi criado com o objetivo de atender, no período de 2005 a 2008, duzentos mil estudantes das capitais brasileiras e do Distrito Federal. Para se matricular no Programa o jovem deveria ter concluído o 5º ano do ensino Fundamental e não concluído o 9º ano. A ideia era, portanto, atingir os jovens que fossem alfabetizados, mas que não tinham concluído do ensino fundamental. Em um prazo de 12 meses seria possível o jovem receber o certificado de conclusão do Ensino Fundamental. O processo de formação no Projovem compreendeu atividades de Formação Básica (800 horas), Qualificação Profissional (350 horas) e Ação Comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais, além de 400 horas de atividades não-presenciais, perfazendo o total de 1.600 horas. Ademais, os alunos matriculados receberam um auxílio financeiro mensal, no valor de R\$ 100,00, benefício que foi concedido

ao jovem que comprovasse frequência e compromisso com a entrega das atividades educacionais do Programa (SALGADO, 2008).

Em 2007, esse Programa social teve um desdobramento relevante. Foi constituído um Grupo de Trabalho com representantes da Secretária-geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento objetivando a criação de uma política integrada para a inclusão social de jovens brasileiros. O Projovem foi redesenhado e ampliado, com o nome de ProJovem Integrado. Nesse processo de redesenho estrutural o Programa passou a compreender quatro modalidades:

- **ProJovem Adolescente**, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.
- **ProJovem Urbano**, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
- **ProJovem Campo**, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.
- **ProJovem Trabalhador**, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda. Atenderá a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo. (SALGADO, 2008, p. 10)

Desse modo, a partir de 2008 o Projovem foi expandido de forma significativa. Houve a partir de então a constituição de uma política nacional integrada contando com a participação do governo federal e dos municípios brasileiros. A estrutura básica do Programa contou com a criação de núcleos

com turmas de até trinta alunos. Cada grupo de oito núcleos deveria se articular em uma Estação da Juventude, que possuía a função de coordenadora daquele grupo. Nessas turmas/núcleos/estações, foi previsto que os jovens participariam de um conjunto de atividades diárias, ao longo de doze meses ininterruptos. As atividades, por sua vez, envolviam a qualificação profissional, a ação comunitária e os estudos das áreas de saber para a conclusão do ensino fundamental. Na proposta, cada núcleo deveria receber um laboratório de informática e seria composto por professores de Português, Matemática, Inglês, Ciências Humanas e Ciências Naturais, atividades comunitárias e qualificação profissional. Esses núcleos funcionaram em escolas e nas chamadas Estações da Juventude, espaços de convívio e de desenvolvimento cultural dos jovens.

O Projovem desenvolveu e distribuiu gratuitamente materiais pedagógicos, especialmente formulados para o Programa. Esse material foi composto de Guias (textos didáticos), manuais e vídeos destinados aos alunos, professores e aos gestores do programa. Além do material didático o Programa contou com um sistema de avaliação interna e externa com o objetivo de produzir dados sobre a recepção, as aprendizagens, o processo de implementação e os impactos da política pública, de modo a robustecer os aspectos bem-sucedidos e indicar estratégias para o enfrentamento dos obstáculos encontrados em sua implementação.

Conforme Ball e Bowe (1992) um ciclo de políticas é composto por cinco contextos inter-relacionados, sendo eles o contexto de influência, o contexto de produção do texto, o contexto da prática, o contexto dos resultados e efeitos e o contexto da estratégia política. O caso do Projovem é exemplar, pois foram proeminentes todas essas etapas, constituindo-se de um marco na história das políticas públicas para a juventude. Uma ação do Estado focalizada e construída com representantes da juventude, de movimentos sociais, entes federativos, endereçada aos jovens de baixa escolaridade, fora do mercado formal de trabalho e da escola, um segmento social vulnerável e exposto aos riscos de violência. O protagonismo juvenil foi marcante. Nesse processo, como ocorre na constituição de políticas públicas, em um país complexo e desigual como o Brasil, houve percalços e embates, tanto na elaboração como na implementação

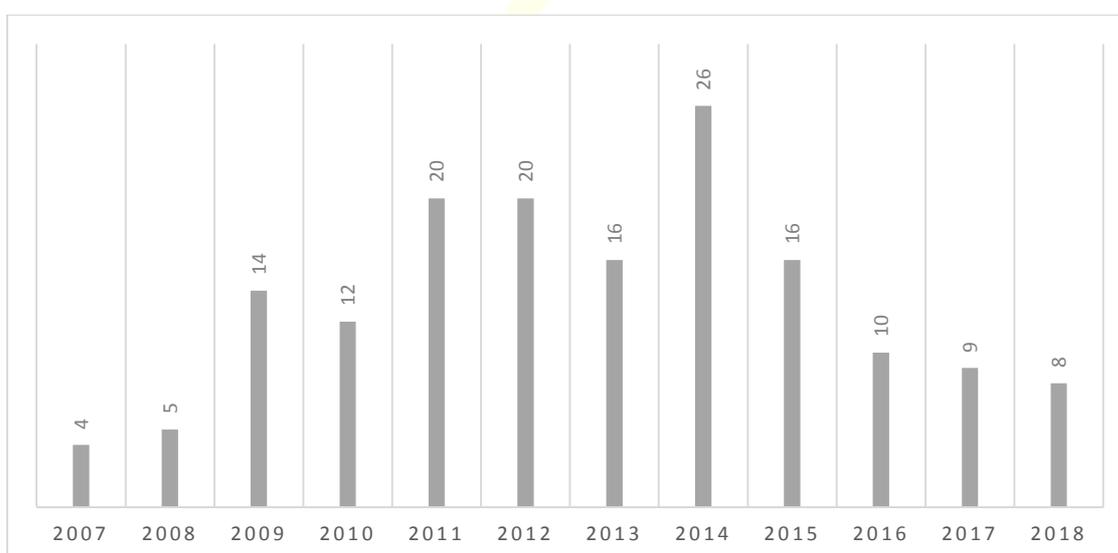
dos processos com campos, lugares e grupos de interesses que interagem e, por conseguinte, disputam poder.

## O PROJovem NA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO

O Projovem foi uma política pública que teve repercussões nas comunidades, no ambiente acadêmico e na agenda midiática. No caso da produção acadêmica, apuramos em abril de 2019, no repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>5</sup>, um volume expressivo de pesquisas sobre o Programa: 160 dissertações de mestrado e 24 teses de doutorado.

A análise dessas pesquisas evidenciou questões significativas para a educação de jovens e adultos no Brasil. O número de dissertações de mestrado é significativamente superior ao número de teses de doutorado. Ademais, vemos um decréscimo do número de pesquisas sobre o Programa nos três últimos anos, o que pode ser explicado pela descontinuidade (fim) da política pública, ocorrida a partir de 2015.

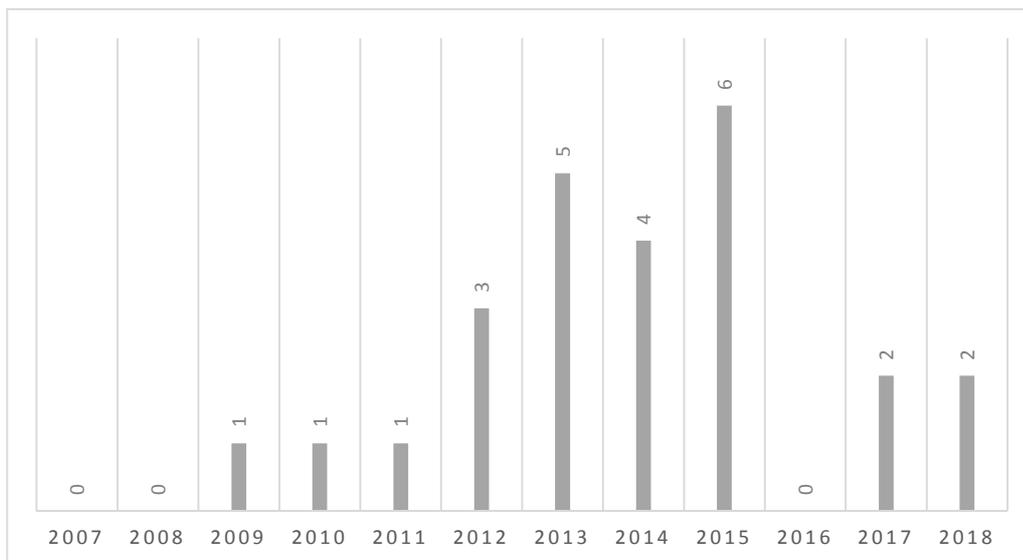
**Gráfico 1: Dissertações de Mestrado, por ano.**



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil - 2007/2018.

<sup>5</sup> Disponível em Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES. Disponível em: <<https://catalogo.deteses.capes.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

**Gráfico 2: Teses de Doutorado, por ano.**

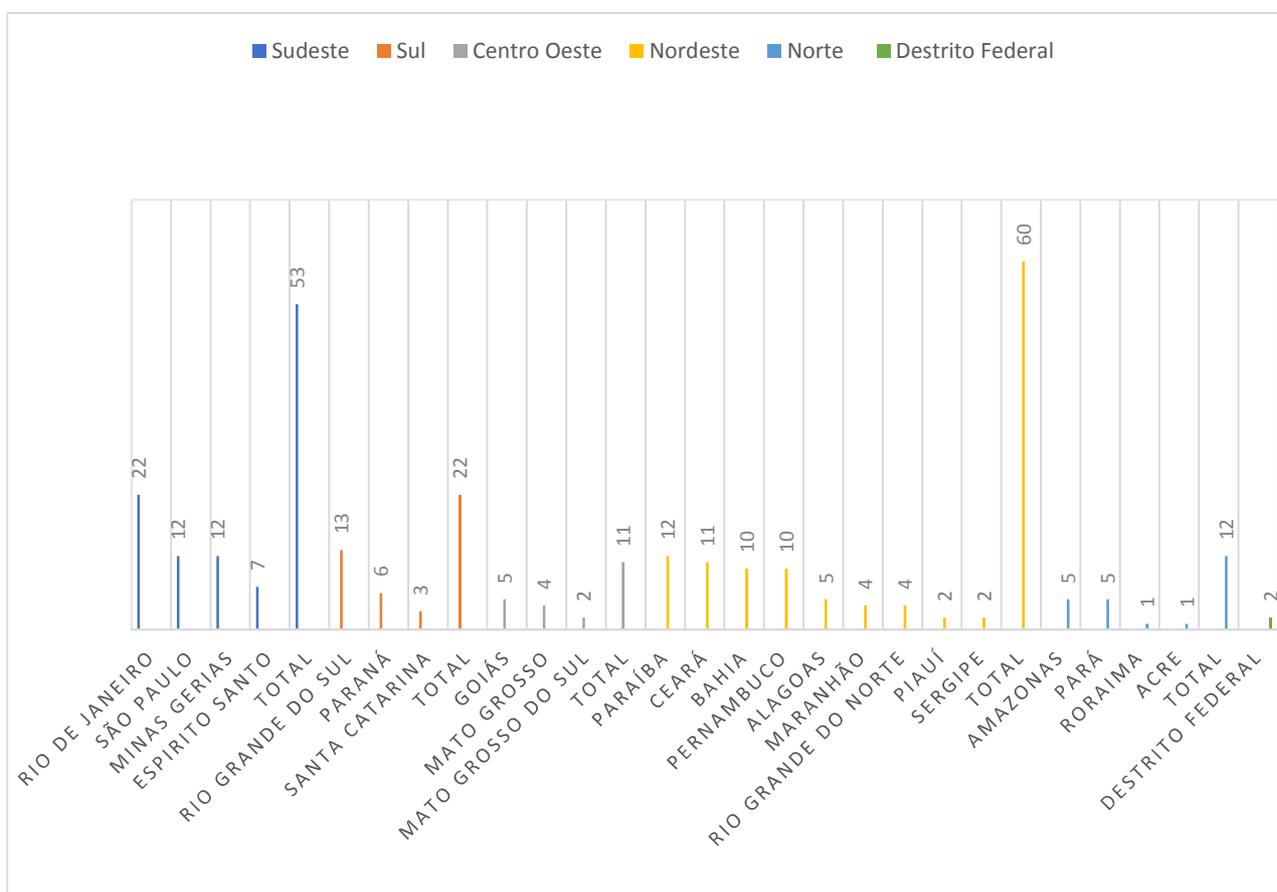


Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil - 2007/2018.

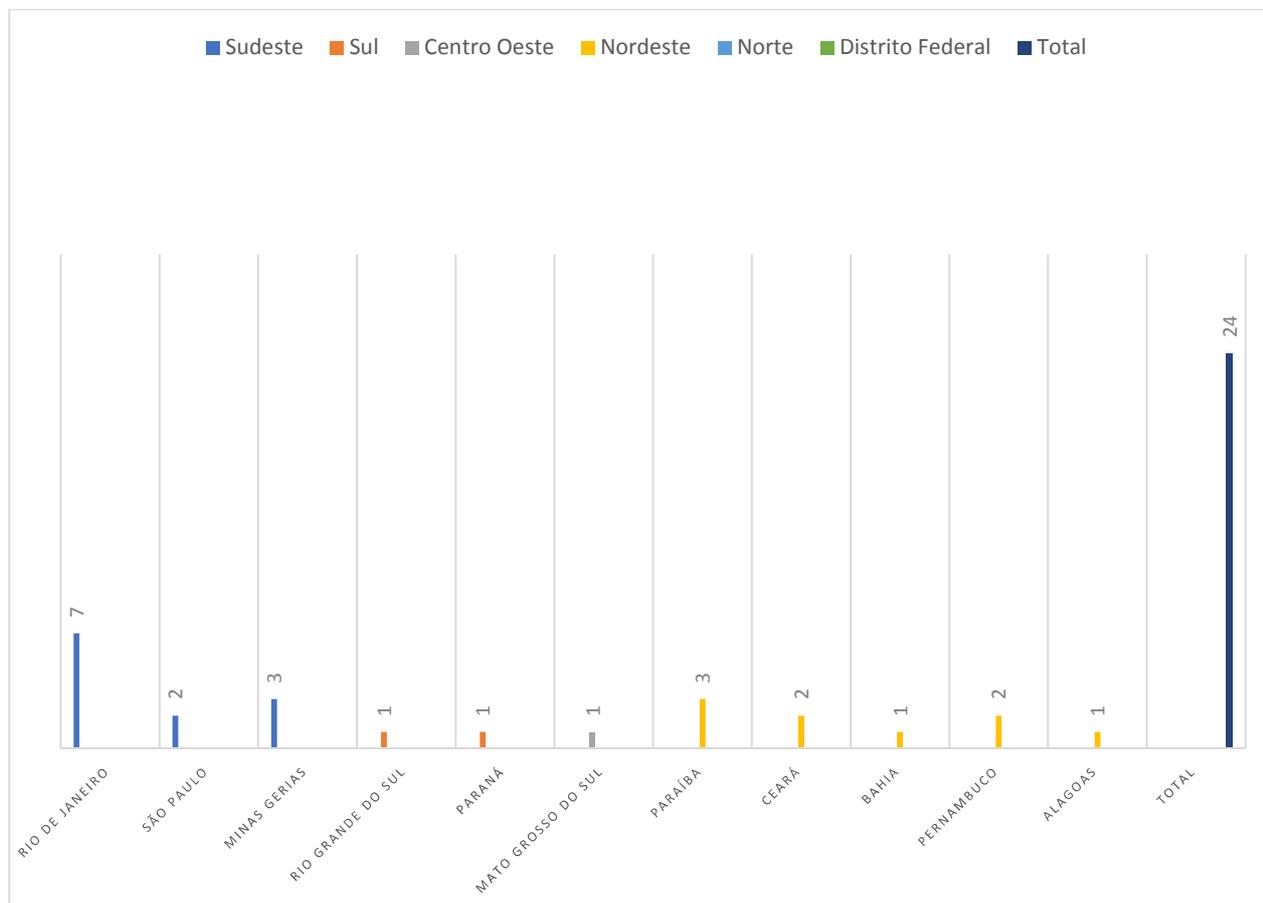
Em relação a distribuição geográfica das produções observa-se que o número de dissertações de mestrado produzidas foi maior nas regiões Nordeste e no Sudeste. No caso do Sudeste tal fator é justificado pela concentração de programas de pós-graduação e, por conseguinte, da produção de pesquisas no país. Nessa região o Estado do Rio de Janeiro foi o que mais produziu estudos sobre o Projovem, apresentando quase o dobro de produções em relação a São Paulo e Minas Gerais. Esse dado é expressivo, pois sabemos que esses dois Estados concentram a maior parcela da produção científica do Sudeste brasileiro.

A repercussão do Projovem na produção científica da Região Nordeste foi expressiva, com a maior produção de dissertações. Observa-se que o Estado do Rio de Janeiro (Sudeste) e os Estados da Região Nordeste concentraram a maior parcela das pesquisas produzidas no âmbito do Doutorado, conforme mostram os gráficos apresentados a seguir.

**Gráfico 3: Produção de dissertações de mestrado, por Regiões e Estados**



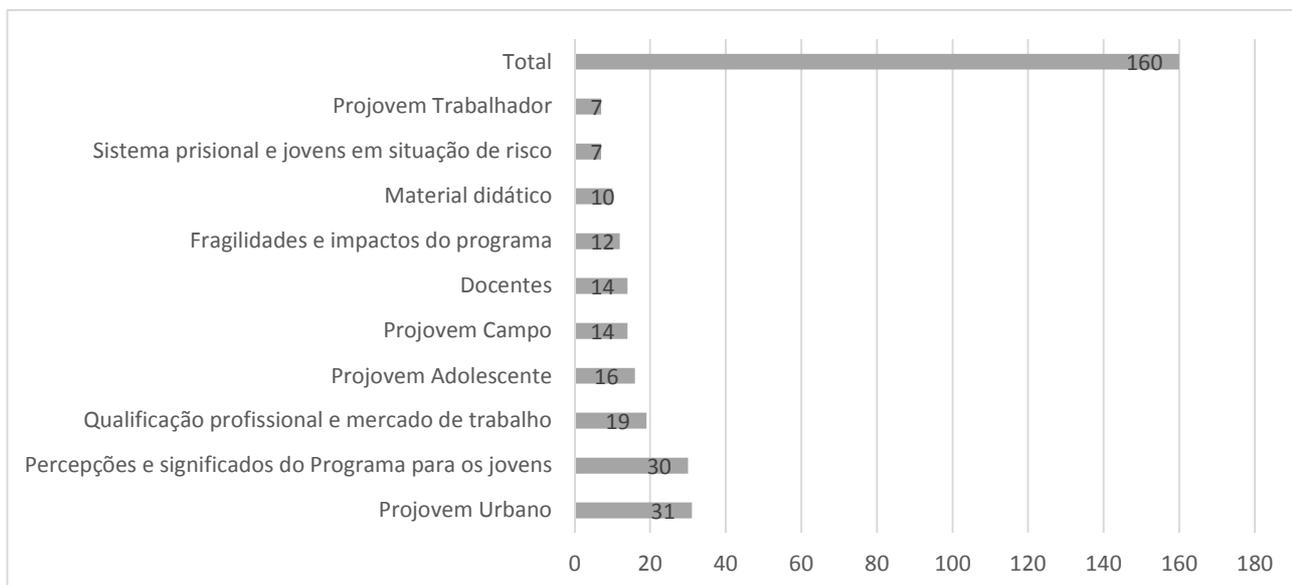
**Gráfico 4: Produção de teses de Doutorado, por Regiões e Estados**



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil - 2007/2018.

Em relação às temáticas investigadas nas dissertações de Mestrado nota-se que dois aspectos do Projovem se sobressaem: a modalidade do Programa denominada Projovem Urbano e as percepções/significados do Programa para os jovens participantes. As temáticas qualificação profissional e inserção dos jovens participantes do Programa no mercado do trabalho também figuraram como temas significativos de estudo.

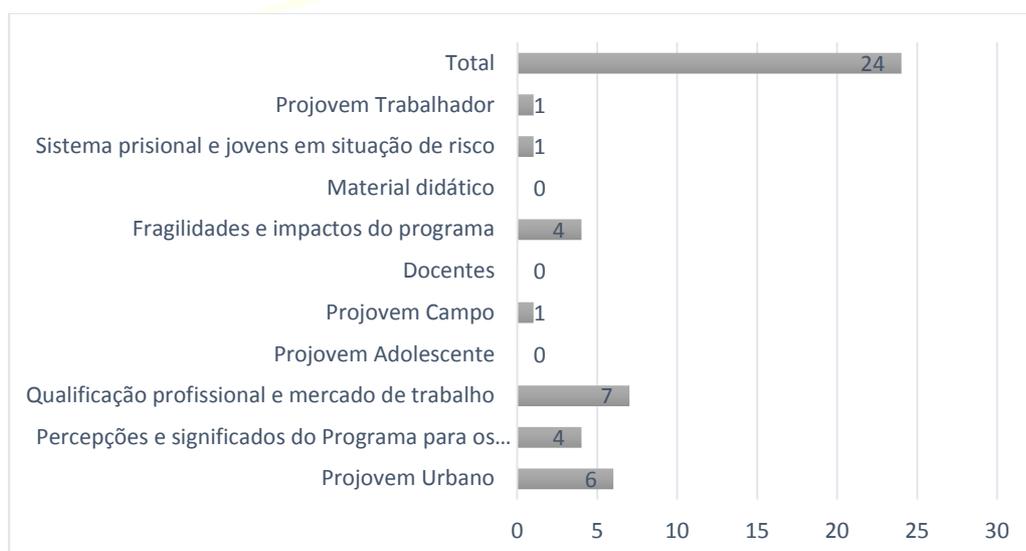
**Gráfico 5: Projovem - Temas investigados em dissertações de Mestrado**



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil - 2007/2018.

No caso das teses de doutorado os temas dominantes nos estudos foram a qualificação profissional e as questões relacionadas ao mundo do trabalho, bem como a modalidade do Programa denominada de Projovem Urbano. Os “sentidos” do Projovem para os jovens participantes foi um tema focalizado de maneira expressiva nas Teses, conforme observa-se no gráfico seguinte.

**Gráfico 6: Projovem - Temas investigados em teses de doutorado**



Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil - 2007/2018.

A implementação de uma política pública para a juventude com o alcance do Projovem trouxe inúmeros desafios para a gestão pública. Esse fato foi apreendido pelas pesquisas que identificaram problemas em relação à execução dos serviços previstos na proposta, tais como a insatisfatória formação dos docentes para atuarem com os jovens e a proposta pedagógica do programa; a infraestrutura e adequação dos espaços para atividades; dificuldades quanto a proposta de qualificação profissional dos jovens que não conseguiram atender as expectativas dos participantes em relação a sua formação para o ingresso no mercado de trabalho; a gestão do programa, dentre outros. As fragilidades do Programa serviram de mote para um número significativo de pesquisas e debates.

Evidenciamos que um dos benefícios do programa, recorrente nas produções relaciona-se ao desenho curricular do programa e ao material didático produzido. Esses itens, apesar de receberem críticas pontuais, são avaliados como aspectos inovadores do Projovem e responsáveis pelos impactos mais assertivos do Programa. De modo geral o Programa rompeu com visões idealizadas da juventude e modelos interpretativos, “chaves conceituais” rígidas ou até mesmo anacrônicas, utilizadas para compreender esse grupo. As pesquisas evidenciaram a contribuição da experiência do Projovem para a superação da ideia de juventude como uma categoria problemática e padronizada. Segundo Carrano (2019, s/n.)

É comum que debates sobre os jovens oscilem entre duas representações exageradas e problemáticas. A primeira considera o jovem como herói solitário capaz de superar todos os obstáculos, desde que empreenda os esforços pessoais necessários. A segunda, que tende a ser perversamente moralizante, desconfia dos jovens, de seus gostos, valores, espaços-tempos de relacionamentos e capacidades de tomar decisões com liberdade e responsabilidade pessoal e social. Entre essas duas figuras narrativas alienadas sobre os jovens – o “jovem herói” e o “jovem problema” – existem múltiplas e reais formas de ser jovem, que cobram às instituições do mundo adulto, notadamente famílias e escolas, esforço contínuo de escuta e diálogo.

Se a concepção de juventude é considerada como um dos aspectos mais relevantes do Programa, a questão da inclusão efetiva dos jovens e a almejada

conquista dos direitos da cidadania, aparecem como fatores predominantes para explicar os percalços e os limites do Programa. O combate à pobreza e as desigualdades sociais são desafios às políticas públicas que buscam ampliar e garantir os direitos básicos da juventude. Os títulos/temas das produções a seguir são exemplares.

**Quadro 1: Projovem – Títulos de Dissertações e Teses**

Produção	Título	Ano
Dissertações	Incluir para não marginalizar e profissionalizar para não desperdiçar: o Projovem Urbano – João Pessoa – PB (2005-2010)	2011
	Projovem Urbano no município de São Gonçalo/RJ e seus impactos sobre a inserção de jovens no mercado de trabalho	2012
	Juventude, políticas públicas e cidadania de jovens: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) em Manaus na visão dos seus educadores	2016
	Jovens e Cidadãos? Uma análise sobre o princípio de cidadania ativa no Projovem Urbano	2013
	À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano	2009
	Projovem Urbano: o simulacro de um discurso de inclusão social	2011
	“Como estudar, se não tenho com quem deixar meus filhos?” Um estudo sobre as salas de acolhimento do Projovem urbano	2014
Teses	O jardim dos caminhos que se bifurcam: um estudo sobre permanência e progressão de jovens egressos do Projovem/Projovem Urbano na educação formal	2013
	Juventude e Cidadania: na trilha da avaliação do Projovem em São Luís/MA	2012
	Nova sociabilidade do capital e a natureza das políticas para jovens trabalhadores no governo Lula: uma análise da “participação cidadã” do Projovem Urbano	2013
	O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – urbano (Projovem Urbano): a construção do precariado e a hegemonia da pequena política	2017
	Discurso do Projovem Urbano: representações de si de jovens egressos	2018
	O Projovem no território da “sulanca”: desafios diante da informalidade'	2013
	Cartografias juvenis: mudanças e permanências nos territórios e modos de ser jovem	2010

Fonte: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil - 2007/2018.

As pesquisas assinalam o fato de que os problemas imputados ao insucesso da política pública nomeada Projovem são os mesmos que impedem o jovem de progredir na escolarização formal. Apesar do material produzido, do desenho do programa e do tempo estruturado para a execução do projeto, além do auxílio financeiro destinado aos participantes, pontos considerados positivos, a precariedade das condições de vida dos jovens e das comunidades atendidas dirimiram os potenciais benefícios da política pública.

Portanto, a política pública está umbilicalmente associada a condição social da juventude. Paradoxalmente, a desigualdade e exclusão econômica e social que o Programa objetivava superar constituíram em entraves. Assim, as pesquisas ratificam as limitações da capacidade da ação governamental em promover o processo de redução efetiva da desigualdade social e das políticas sociais que afetam as discriminações, pois não as atingem de fato. Segundo Novaes (2015, p. 19)

As principais demandas de distribuição revelam dívidas sociais acumuladas e, ao mesmo tempo, trazem consigo questões que dizem respeito à atual condição juvenil. Elas estão ligadas ao direito à educação de qualidade, ao trabalho decente que permita equacionar trabalho/estudo/vida familiar. Neste mesmo âmbito também está o acesso ao sistema de saúde, destacando para a juventude mecanismos de efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos e, também, o acesso a políticas de redução de danos acarretados pelo abuso de uso de drogas ilícitas. No que diz respeito à cultura, as políticas devem favorecer a necessária redistribuição de equipamentos culturais – via de regra concentrados nas “partes nobres” das cidades – mas também favorecer o acesso a recursos para fruição e produção de bens culturais de acordo.

Apesar dos avanços que o desenho do Projovem apresentou os elementos cruciais para a definição da condição juvenil ainda estão marcados na raiz dos problemas sociais e econômicos que afligem os jovens e marcam suas demandas da atualidade. Como assinala Novaes (2015) o direito à educação de qualidade, ao trabalho decente, o acesso a um sistema de saúde eficiente e humanizado, o respeito às manifestações culturais diversas, bem como o acesso a equipamentos de cultura são ainda uma idealidade para a juventude brasileira. Idealidade que constitui premissa básica do viver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos no Brasil um contexto histórico marcado pelo agravamento da crise econômica, do aumento do desemprego e da deterioração das condições de trabalho. As marcas e os efeitos da política de governo federal, que prega a arrefecimento do papel do estado, o banimento de direitos sociais e trabalhistas e o desmonte de políticas sociais de combate à pobreza se espraiam no meio social. Tudo isso, segundo Carrano (2019, s/n.), promove o agravamento das desigualdades e “aumenta o nível de incerteza dos setores mais desprotegidos da sociedade. Esta constatação sobre o agravo nas condições de vida nos parece vital para compreender as condições das quais os jovens pobres partem para se relacionar e seguir frequentando a escola.”

O Projovem fez parte de um ciclo de política educacional para a juventude pobre que, ao certo, foi insuficiente para mudar, de maneira substancial, a vida de milhares de jovens brasileiros. Contudo, seguramente, produziu experiências importantes para a educação de jovens e promoveu o repensar do lugar da juventude pobre no Brasil. Um Programa dessa magnitude, no atual contexto, possui elevada demanda em potencial, pois os sistemas de ensino persistem em produzir evasão, não apenas pela limitação de oferta de vagas, mas resultante de variadas causas. As razões são internas ao modo como a escola funciona e externas, relativas às condições socioeconômicas dos jovens.

Conforme aponta Costa (2010, p. 5) é evidente o fato de que o desenho do Projovem apresenta “qualidades distintivas, especialmente a busca de associação com instituições do ensino superior, a qualidade reconhecida de seus materiais e procedimentos, além da relativa independência de seu sistema de avaliação e assessoramento técnico”. Assim, observamos que a descontinuidade das políticas públicas é um problema histórico no Brasil, o que dificulta mudanças estruturais e significativas para a parcela da população demandante. Ao invés do aprimoramento do gerenciamento dos programas e das correções necessárias dos problemas evidenciados pela avaliação e as pesquisas na área, encerrou-se esse Programa e um ciclo de políticas para a juventude brasileira.

Contudo, há que se reconhecer a potência dos jovens, que aportam resistências, insurgências e reinvenções. Há um mosaico de complexas experiências que envolvem os jovens, seu cotidiano, suas práticas culturais, suas experiências de vida. Consideramos ser fundamental, desse modo, o estabelecimento de projetos que reconheçam o protagonismo juvenil, os direitos de cidadania dos jovens, e a busca de ações alicerçados na equidade e na garantia de uma vida social plena e com oportunidades.

*Do rio que tudo arrasta se  
diz que é violento  
Mas ninguém diz violentas as  
Margens que o comprimem*

Bertolt Brecht

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Caderno temático: perfil e percepções dos alunos do Projovem Urbano: setembro 2008 a dezembro 2009 / Secretaria Geral, Secretaria Nacional de Juventude.** Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2010.

BRASIL, Conselho Nacional de Juventude. **Natureza, composição e funcionamento.** Brasília: Presidência da República/Conselho Nacional de Juventude, 2007.

BRASIL, Conselho Nacional de Juventude. **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas.** Brasília: Presidência da República/Conselho Nacional de Juventude, 2006.

BOWE, R.; BALL, S. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology.** Londres: Routledge, 1992.

CARRANO, Paulo. O jovem brasileiro e a escola diante da precarização da vida e de desafios democráticos. **Observatório da Juventude na Ibero-américa,** 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodajuventude.org/o-jovem-brasileiro-e-a-escola-diante-da-precarizacao-da-vida-e-de-desafios-democraticos/>> Acesso em 13 de nov. de 2019.

COSTA, Márcio. PROJOVEM: notas sobre uma política nacional para jovens de baixa escolaridade. **Revista Contemporânea de Educação,** v. 2, n. 3, 2007.

DAYRELL, Juarez; JESUS, Rodrigo Ednilson de. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. **Educação & Sociedade**, v. 37, p. 407-423, 2016.

NOVAES, Regina. Políticas Públicas de Juventude: entraves, balanços e perspectivas. **Revista Coletiva FUNDAJ**, v. 17, p. 4, 2015.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Revista Sociologia Especial: Ciência e Vida**, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>>

SALGADO, Maria Umbelina (Org.). **Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano. Presidência da República, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 2008.

*Recebido em: 21/11/2019*  
*Aprovado em: 12/05/2020*

